

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

Serviço responsável pela execução da deliberação | Gabinete de Apoio ao Vereador Gonçalo Lopes

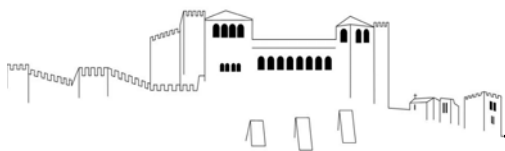
Epígrafe | 6.6. Acordo de Revogação Parcial do Contrato-programa celebrado em 24/01/2012, entre o Município de Leiria e a empresa pública municipal “Leirisport – Desporto, Lazer e Turismo, E.M.” para a gestão e exploração dos Pavilhões Desportivos Municipais de Arrabal, Bajouca, Caranguejeira, Carreira, Colmeias, Correia Mateus, Maceira, Marrazes, Pousos, Santa Eufémia, Souto da Carpalhosa e do Pavilhão Desportivo “Os Silvas”

Deliberação | Presente a minuta de acordo de revogação parcial, que a seguir se transcreve:

“ACORDO DE REVOGAÇÃO PARCIAL DO CONTRATO-PROGRAMA CELEBRADO EM 24 DE JANEIRO DE 2012, ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E A EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL “LEIRISPORT – DESPORTO, LAZER E TURISMO, E.M.” PARA A GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS PAVILHÕES DESPORTIVOS MUNICIPAIS DE ARRABAL, BAJOUCA, CARANGUEJEIRA, CARREIRA, COLMEIAS, CORREIA MATEUS, MACEIRA, MARRAZES, POUSOS, SANTA EUFÉmia, SOUTO DA CARPALHOSA E DO PAVILHÃO DESPORTIVO “OS SILVAS”

Considerando que:

- i. No dia 24 de janeiro de 2012, entre o Município de Leiria e a empresa pública municipal “Leirisport – Desporto, Lazer e Turismo, E.M.”, foi outorgado o contrato-programa para a gestão e exploração dos Pavilhões Desportivos Municipais de Arrabal, Bajouca, Caranguejeira, Carreira, Colmeias, Correia Mateus, Maceira, Marrazes, Pousos, Santa Eufémia, Souto da Carpalhosa e do Pavilhão Desportivo “Os Silvas”;
- ii. Em 1 de setembro de 2012, entrou em vigor a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, diploma legal que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais;
- iii. O artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, determina que as empresas locais sejam obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, quando se verifique uma das situações previstas no seu n.º 1;
- iv. A situação financeira da empresa pública municipal “Leirisport – Desporto, Lazer e Turismo, E.M.” se enquadra no disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- v. Por força deste enquadramento legal a “Leirisport – Desporto, Lazer e Turismo, E.M.” deve, até 28 de fevereiro de 2013, ser dissolvida;
- vi. Face à iminente dissolução da empresa pública municipal “Leirisport – Desporto, Lazer e Turismo, E.M.”, importa acautelar a gestão dos pavilhões municipais;
- vii. Se afigura como melhor alternativa a delegação da gestão destes equipamentos nas Freguesias, em virtude destas Autarquias se acharem mais perto das populações e, por isso, melhor conhecedoras das necessidades;
- viii. As Freguesias onde se encontram instalados alguns dos pavilhões municipais em apreço estão recetivas a assumir a gestão destes equipamentos, por via de protocolo de delegação de competências;
- ix. Com vista a alcançar este desiderato, importa fazer cessar parcialmente o contrato-programa supra identificado;



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

- x. O contrato-programa em vigor não prevê qualquer forma para a sua cessação antes do termo da sua vigência;
- xi. A Cláusula Nona do contrato-programa estabelece que as dúvidas e omissões decorrentes da interpretação e aplicação deste contrato serão resolvidas por recurso à lei geral, mediante acordo entre as partes.

Nestes termos:

O Município de Leiria, NIPC 505181266, com sede no Largo da República, 2414-006 Leiria, representado neste acordo pelo Presidente da Câmara Municipal de Leiria Raul Miguel de Castro, no uso dos poderes conferidos pela deliberação camarária de ____/____/____, como primeiro outorgante, e a

“LEIRISPORT- Desporto, Lazer e Turismo de Leiria, E.M.”, NIPC 505 183 692, com sede no Estádio Municipal de Leiria, porta 7, em 2400-137 Leiria, representada neste acordo pelo Presidente do Conselho de Administração, _____ e pelos dois Administradores, Sr. Dr. _____ e Sr. Dr. _____, como segunda outorgante, acordam a revogação do contrato-programa celebrado pelos outorgantes em 24 de janeiro de 2012, na parte relativa aos Pavilhões Desportivos Municipais de Arrabal, Bajouca, Caranguejeira, Carreira, Colmeias, Correia Mateus, Maceira, Marrazes, Pousos, Santa Eufémia, Souto da Carpalhosa, com efeitos em 31 de outubro de 2012.

O presente acordo foi aprovado pela Câmara Municipal de Leiria em sua reunião de ____/____/____, pelo Conselho de Administração da LEIRISPORT- Desporto, Lazer e Turismo de Leiria, E.M. em ____/____/____ e autorizado pela Assembleia Municipal de Leiria em sua sessão de ____/____/____.

Está isento do Imposto do Selo por força do disposto na alínea a) do artigo 6.º, conjugado com o disposto na alínea s) do n.º 3 e no n.º 1, ambos do artigo 3.º do Código do Imposto do Selo, e é composto por 2 (duas) folhas, feito em duplicado, ambas as cópias com valor de original, e devidamente assinadas pelas partes, depois de declararem ter lido, compreendido e aceite todas as suas cláusulas.

Leiria, __ de _____ de 2012

Pelo Município de Leiria | O Presidente da Câmara Municipal de Leiria | Raul Miguel de Castro

Pela “LEIRISPORT- Desporto, Lazer e Turismo de Leiria, E.M.”

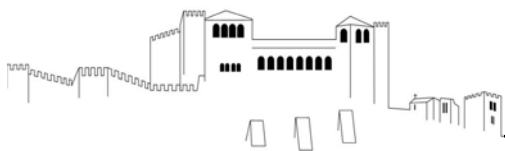
Presidente do Conselho de Administração | _____;

O Administrador | _____

O Administrador | _____»

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, **deliberou por maioria**, com o voto de qualidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal ao abrigo do disposto do n.º 2, do artigo 89.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Lurdes Machado, Gonçalo Lopes, Lino Pereira e Isabel Gonçalves, com o voto de abstenção do Senhor Vereador António Martinho, com os votos contra dos Senhores Vereadores José Benzinho, Neusa Magalhães, Carlos Vitorino, Gastão Neves e Blandina Oliveira, concordar com a minuta de acordo apresentada e submete-la à aprovação da Assembleia Municipal de Leiria.

Mais deliberou, conferir poderes ao Presidente da Câmara Municipal de Leiria para outorga do acordo, após a sua aprovação pela Assembleia Municipal de Leiria.



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

Deliberou por último, solicitar que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberou ainda determinar o estorno dos cabimentos que não estejam financeiramente executadas no âmbito do Acordo de Revogação Parcial do Contrato-programa celebrado em 24/01/2012, entre o Município de Leiria e a empresa pública municipal “Leirisport – Desporto, Lazer e Turismo, E.M.” para a gestão e exploração dos Pavilhões Desportivos Municipais de Arrabal, Bajouca, Caranguejeira, Carreira, Colmeias, Correia Mateus, Maceira, Marrazes, Pousos, Santa Eufémia, Souto da Carpalhosa e do Pavilhão Desportivo “Os Silvas”.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

A Senhora **Vereadora Blandina Oliveira** apresentou uma justificação de voto, cujo teor se transcreve:

«DECLARAÇÃO DE VOTO

(ponto 6.6 da OT da reunião de 18.09.2012 da Câmara Municipal de Leiria)

Na proposta apresentada no mencionado ponto da Ordem de Trabalhos, propõe-se que este Executivo Municipal, no ponto 6.6, Acordo de Revogação Parcial do Contrato-programa celebrado em 24/01/2012, entre o Município de Leiria e a empresa pública municipal “Leirisport – Desporto, Lazer e Turismo, E.M.” para a gestão e exploração dos Pavilhões Desportivos Municipais de Arrabal, Bajouca, Caranguejeira, Carreira, Colmeias, Correia Mateus, Maceira, Marrazes, Pousos, Santa Eufémia, Souto da Carpalhosa e do Pavilhão Desportivo “Os Silvas”, delibere concordar com a minuta de acordo apresentada e submete-la à aprovação da Assembleia Municipal de Leiria.

Atendendo a que não existe uma visão integrada, como tenho sérias dúvidas sobre a forma como será feita a manutenção e conservação dos equipamentos desportivos, e como não estou devidamente esclarecida, pelos motivos apresentados, **voto contra no ponto 6.6** e apresento a presente declaração de voto, designadamente, para os efeitos do n.º 2 do Art.º 28.º do CPA.

Leiria, 18 de setembro de 2012

A Vereadora

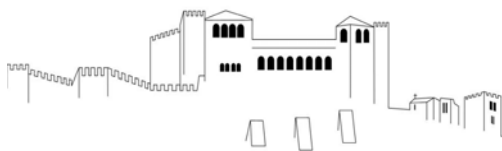
Blandina Oliveira»

Os Senhores **Vereadores José Benzinho, Neusa Magalhães, Carlos Vitorino e Gastão Neves** apresentaram uma justificação de voto, cujo teor se transcreve:

«Declaração de Voto

Considerando:

1. A falta de estratégia da maioria que governa a Câmara Municipal de Leiria, nomeadamente em matéria política desportiva,
2. Não se conhece o que consubstancia este “novo modelo de conservação e gestão de instalações”, nem como se articula com a política desportiva que o Município deve prosseguir,
3. A inexistência de informação clara e transparente sobre o modelo de gestão que se pretende implementar para o conjunto das infraestruturas desportivas e de lazer municipais e a assimetria que transparece na forma de assegurar o funcionamento e exploração dos diversos equipamentos,



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

4. A inexistência de um debate profundo dos diferentes “estudos” cuja elaboração o presidente tem promovido desde o início de funções, em particular o que foi apresentado pela Deloitte, e a análise do impacto que esta ação gerará direta e indiretamente nas contas do Município,
5. A deficiente análise financeira da proposta subjacente às deliberações casuísticas que hoje são submetidas à apreciação e votação da Câmara Municipal e que se traduz na transferência para as Juntas de Freguesia de um conjunto alargado de custos sem a respetiva contrapartida financeira,
6. A discricionariedade introduzida na utilização das infraestruturas ao permitir que cada entidade gestora elabore o respetivo regulamento interno de utilização e segurança e a falsa “partilha” de gestão dos pavilhões situados junto às Escolas,
7. A falta de salvaguarda na contratação prioritária dos trabalhadores que actualmente prestam serviços nas infraestruturas, se for do interesse conjunto, e a consequente perda do conhecimento que estes ativos humanos possuem,

Entendem os vereadores eleitos pelo PSD **votar contra** a proposta apresentada com fundamento nos considerandos anteriores e consideram que estamos perante um “novo modelo de conservação e gestão das instalações” que se caracteriza pela delegação sem transferência de meios adequados às responsabilidades, com previsíveis, gravíssimas, consequências ao nível da conservação das instalações.

Leiria, 18 de Setembro de 2012

Os vereadores eleitos pelo PSD

José Benzinho

Neusa Magalhães

Carlos Vitorino

Gastão Neves»

O Senhor **Vereador António Martinho** apresentou a seguinte declaração de voto, que se transcreve:

«Os limites dos contratos deviam ter sido respeitados utilizando-se o espaço de tempo entre a publicação da lei do SEL, e o fim do ano civil, para estudar um modelo de gestão dos equipamentos, leia-se, pavilhões com maior consistência do que se apresenta na proposta de deliberação, neste sentido o meu voto de abstenção.»

O Presidente da Câmara Municipal



Raul Castro

A Secretária da reunião



Sandra Almeida Reis
Ao abrigo do despacho n.º 7/2012, de 5 de
janeiro